

Ata 3ª/2023 – 06/03/2023

**Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público
do Estado de Mato Grosso**

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três (06/03/2023), às nove horas (09h), em sessão híbrida, realizada na Sala de reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça – Anexo I e por meio do Aplicativo *Microsoft Teams*, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, com o registro da **presença** dos Conselheiros Luiz Eduardo Martins Jacob, Hélio Fredolino Faust, Paulo Roberto Jorge do Prado, Marcelo Ferra de Carvalho, Rosana Marra (Secretária do CSMP), Esther Louise Asvolinsque Peixoto (Corregedora-Geral Adjunta do MPMT), José Antônio Borges Pereira e Roberto Aparecido Turin, presente também o Presidente da AMMP Mauro Benedito Pouso Curvo. **Ausências e justificativas:** Luiz Alberto Esteves Scaloppe (férias), João Augusto Veras Gadelha (em correição) e Flávio Cezar Fachone (problema particular). Conferido o quórum, o Presidente declarou instalada a Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Concitado, o Conselho aprovou a ata da Reunião Ordinária do dia 06 de fevereiro de 2023, a qual foi enviada via e-mail institucional e será publicada na página oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Na ordem da pauta, iniciou-se o julgamento do **1. Eleição do Secretário do Conselho Superior do Ministério Público – art. 5º do Regimento Interno do CSMP:** *Art. 5º O Secretário será eleito na primeira reunião do colegiado, para o mandato de 2 (dois) anos, permitindo-se reconduções. § 1º O membro do Conselho Superior que se seguir imediatamente ao Secretário eleito, nessa votação, será o seu substituto, nas suas ausências e impedimentos, sucedendo-o em caso de vacância. § 2º Ausente o secretário e seu substituto, o Procurador-Geral de Justiça designará Secretário ad hoc.* O Conselho, à unanimidade e por aclamação, reconduziu a Procuradora de Justiça Rosana Marra como Secretária do Colegiado. **2. Indicação pelo Conselho Superior do Ministério Público de um(a) Procurador(a) de Justiça para compor o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MP/MT – CETI.** Após sugestão do Presidente, o Conselho, à unanimidade, indicou o Procurador de Justiça Ezequiel Borges de Campos para ocupar a vaga destinada ao

CSMP no Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação. **3º e 4º itens: Gedoc 20.14.0099.0000002/2023-57 e 0.14.0099.0000003/2023-30** – Assunto: Concursos de Remoção – Promotor de Justiça – Editais nº 580 e 581/2023-CSMP – 1ª Promotoria de Justiça de Cláudia – Critério: Merecimento e 1ª Promotoria de Justiça de Tapurah – Critério: Antiguidade. O Presidente informou que após o lançamento dos editais 580 e 581, a Corregedoria Geral e a Procuradoria Geral definiram as Promotorias que estarão aptas a primeiro passar pelo processo de remoção e depois para o de titularidade dos Promotores de Justiça Substituto, que serão vitaliciados nos próximos meses. Para que ninguém seja surpreendido, propõe o acolhimento da sugestão do Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho, no sentido de prorrogar o prazo de desistência desses dois editais, de modo que aqueles que entenderem que podem permanecer inscritos assim o façam, mas aqueles que almejem alguma das outras Promotorias que serão postas à disposição num futuro bem próximo possam também fazer essa escolha. À unanimidade, acolheram a proposta do Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho, no sentido de prorrogar por 24 (vinte e quatro) horas o prazo de desistência, a partir do final desta reunião. **5. Gedoc 20.14.0001.0000886/2023-66** (Protocolo Eletrônico) – Assunto: Requerimento, formulado pelos Procuradores de Justiça Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres Campos e José Antônio Borges Pereira, titulares, respectivamente, da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania e do Consumidor e 18ª Procuradoria de Justiça, objetivando a remoção por permuta, nos moldes do artigo 102, *caput*, da Lei Complementar Estadual nº 416/2010. À unanimidade, **removeram por permuta a Procuradora de Justiça ELIANA CÍCERO DE SÁ MARANHÃO AYRES CAMPOS para a 18ª Procuradoria de Justiça, e o Procurador de Justiça JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA para a Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania do Consumidor.** Diante da identidade da matéria, o Presidente chamou para julgamento conjunto os itens 6º e 7º da pauta: **Gedocs 20.14.0001.0006805/2022-15 e 20.14.0001.0006284/2022-17** – Assunto: Análise e referendo das Portarias nº 128 e 129/2023-PGJ, nos termos do art. 3º da Resolução nº 187/2019-CPJ. O Conselho, à unanimidade, referendou as portarias, que prorrogam os prazos de designação do Promotor de Justiça Rafael Marinello para oficiar em casos específicos afetos ao GAECO. No mesmo sentido dos anteriores, o Presidente chamou a julgamento os itens 8º e 9º da pauta, para

análise conjunta, também pela identidade da matéria: **Gedocs 20.14.0001.0000991/2023-44 e 20.14.0001.0000892/2023-98** – Assunto: Análise e referendo das Portarias nº 148 e 153/2023-PGJ. O Conselho, à unanimidade, referendou as portarias, que designaram os Promotores de Justiça Paulo Henrique Amaral Motta e Adriano Roberto Alves para atuarem em casos específicos de atribuição do GAECO. **10. Gedoc 20.14.0001.0000911/2023-70 (Protocolo Eletrônico)** – Assunto: 1- Análise e referendo da Portaria nº 149/2023-PGJ, nos termos do art. 3º da Resolução nº 187/2019-CPJ; 2- Manifestação, nos termos do art. 2º, § 1º, da LC 119/2002, acerca dos membros do MPMT indicados para integrarem o GAECO no período de 1º de abril de 2023 a 29 de fevereiro de 2024. Requerente: Procurador-Geral de Justiça. Requerido(a): CSMP. À unanimidade, referendaram a Portaria nº 149/2023-PGJ, que designa os Promotores de Justiça Paulo Henrique Amaral Motta e Adriano Roberto Alves para integrarem o GAECO a partir de 1º de março de 2023, e aprovaram os nomes dos demais membros do Ministério Público indicados para integrar o GAECO no período de 1º de abril de 2023 a 29 de fevereiro de 2024, quais sejam: I - UNIDADE DA CAPITAL: Promotores de Justiça Adriano Roberto Alves, que será o Coordenador, João Batista de Oliveira, Francisco Gomes de Souza Junior, Valnice Silva dos Santos e Paulo Henrique Amaral Mota, todos com prejuízo das atribuições relacionadas às Promotorias de Justiça de suas titularidades; II - UNIDADE DESCONCENTRADA DE BARRA DO GARÇAS: Promotores de Justiça Clarissa Cubis de Lima Canan e Wdison Luiz Franco Mendes, ambos sem prejuízo das atribuições relacionadas às Promotorias de Justiça de suas respectivas titularidades; III - UNIDADE DESCONCENTRADA DE CÁCERES: os Promotores de Justiça Liane Amélia Chaves e Paulo Alexandre Alba Colucci, ambos sem prejuízo das atribuições relacionadas às Promotorias de Justiça de suas respectivas titularidades; IV - UNIDADE DESCONCENTRADA DE RONDONÓPOLIS: os Promotores de Justiça Ari Madeira Costa e Carlos Eduardo Pacianotto, ambos sem prejuízo das atribuições relacionadas às Promotorias de Justiça de suas respectivas titularidades; V - UNIDADE DESCONCENTRADA DE SORRISO: os Promotores de Justiça Élide Manzini de Campos e Maisa Fidelis Gonçalves Pyrâmides, sem prejuízo das atribuições relacionadas às Promotorias de Justiça de suas respectivas titularidades; VI – UNIDADE DESCONCENTRADA DO GAECO-AMBIENTAL: os Promotores de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano e

Michelle de Miranda Rezende Villela Germano, ambos sem prejuízo das atribuições relacionadas às Promotorias de Justiça de suas respectivas titularidades. Após debates, o Presidente acolheu a sugestão apresentada pelo Conselheiro Roberto Aparecido Turin, para levar ao Colégio de Procuradores de Justiça proposta para regulamentar a transição dos integrantes do GAECO. O Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho sugeriu que fosse estabelecido um tempo máximo do mandato, ainda que não tenha interessados. O Conselheiro Roberto Aparecido Turin afirmou que precisa ter uma solução/regra para esses casos, porque a realidade é não ter interessados, e o Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho disse que nesse caso deveria ser feita uma reavaliação para verificar se compensa ter uma estrutura do GAECO centralizada no local. O Conselheiro José Antônio Borges Pereira também trouxe como solução o fato de que não fica adstrito encontrar interessados somente nas cidades-sede, o que acontece, por exemplo, na regional de Rondonópolis, na qual atua o Promotor de Justiça Carlos Eduardo Pacianotto, titular em Primavera do Leste. O Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado ressaltou que nada impede que o Procurador-Geral nomeie. O Presidente concordou com a sugestão de buscar interessados de outra região, tendo em vista que, apesar de se falar em “regional”, na verdade é uma unidade desconcentrada, porque não tem uma delimitação territorial, podendo ter interessado em Sinop para atuar em Cuiabá. Por fim, o Presidente informou que vai formatar algo nesse sentido.

11. Gedoc nº 20.14.0001.0001021/2023-10 (Protocolo Eletrônico) – Assunto: Referendo da Resolução nº 099/2023-CSMP, que altera a Resolução nº 050/2018-CSMP, que regulamenta o afastamento de membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do exercício de suas funções, para frequentar curso *stricto sensu*, *lato sensu* ou curso de aperfeiçoamento, no País ou no exterior. À unanimidade, referendaram a Resolução nº 099/2023-CSMP. O Procurador-Geral de Justiça acolheu sugestão do Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado, para que não seja autorizado o afastamento com prejuízo total das funções quando houver curso similar ofertado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/Escola de Governo institucional, o que foi acompanhado à unanimidade.

12. Gedoc nº 20.14.0001.0001057/2023-08 (Protocolo Eletrônico) – Assunto: Proposta de Resolução – Altera a Resolução nº 034/2013-CSMP, que disciplina o processo de escolha dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso que serão

indicados para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. À unanimidade, aprovaram a proposta de resolução, nos termos apresentados pelo Procurador-Geral de Justiça.: *“Art. 3º Recebido do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG o cronograma do processo de formação da lista tríplex para as vagas destinadas aos membros do Ministério Público dos Estados para compor o CNMP, o Presidente do Conselho Superior publicará edital especificando os períodos de inscrição e de votação, que deverão ser de, no mínimo, dois dias cada. Parágrafo único. A inscrição deverá ser efetuada por meio de requerimento endereçado ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, exclusivamente pelo e-mail csmp@mpmt.mp.br.” “Art. 4º A votação dar-se-á por meio do sistema eletrônico de eleição disponível do Portal de Aplicativos do MPMT, dela participando todos os membros ativos da instituição.”* **13. Gedoc 20.14.0001.0001118/2023-10 (Protocolo Eletrônico)** - Assunto: Autorização do Conselho Superior do Ministério Público para a criação do Grupo Especializado de Defesa do Direito Social à Moradia – GEDDSM no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso (art. 16, XIV, “k”, da LC nº 416/2010). Requerente: Procurador-Geral de Justiça. Requerido(a): CSMP. À unanimidade, autorizaram a criação do Grupo Especializado de Defesa do Direito Social à Moradia – GEDDSM no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso (art. 16, XIV, “k”, da LC nº 416/2010), a ser composto pelos Procuradores de Justiça Alexandre de Matos Guedes, que será o coordenador, e José Antônio Borges Pereira e pelos Promotores de Justiça Carlos Eduardo Silva e Márcio Florestan Berestinas. **14. Assentos e Enunciados em vigor para conhecimento e eventual proposta de retificação ou revogação – art. 48 do Regimento Interno do CSMP:** *Art. 48. Na primeira reunião ordinária anual que se seguir a eleição do CSMP, os Assentos e Enunciados em vigor serão disponibilizados aos Conselheiros para conhecimento e eventual proposta de retificação ou revogação. **ASSENTO Nº 001/2011:** Em não havendo candidato inscrito que preencha os requisitos constitucionais objetivos, terá preferência aquele que preencher pelo menos um deles. Não havendo candidato nesta situação, deverá ser observada a ordem das quintas partes sucessivamente. **ASSENTO Nº 002/2011:** O candidato remanescente de lista anterior será analisado em primeiro lugar e somente poderá ser promovido ou removido em não havendo candidato que esteja em quinta parte anterior, ainda*

que seja a terceira vez consecutiva ou quinta alternada que figure na lista. **ASSENTO Nº 003/2011:** Entre as informações, relativas às atividades funcionais e à conduta dos membros do Ministério Público, que devem constar, obrigatoriamente, dos assentamentos, conforme autorização do art. 37, XX, § 1º, inciso V – outras informações - não se consideram pertinentes, para os efeitos de avaliação do merecimento funcional, os elogios e agradecimentos providos de entidades públicas ou privadas, e títulos de cidadão conferidos por Câmaras de Vereadores ou Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **ASSENTO Nº 004/2013:** Na interpretação dos §§ 1º a 3º do art. 7º da Resolução nº 10/2007-CSMP, entende-se que, em caso de indeferimento do pedido de instauração de inquérito civil, havendo interposição de recurso, o órgão de execução deve notificar o(s) interessado(s) para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões e, com ou sem estas, exercer juízo de reconsideração. Mantido o indeferimento, o procedimento deve ser encaminhado em 03 (três) dias ao CSMP para apreciação. **ASSENTO Nº 005/2014:** Na ocorrência de infração ao art. 46 da Lei nº 9.605/98, o valor da prévia composição do dano ambiental a que alude o art. 27 da mesma lei, a ser estipulada em Termo de Ajustamento de Conduta, deverá ser estabelecido pelo Promotor de Justiça, em decisão fundamentada, observando-se os seguintes critérios: 1) tipo de madeira (em toros ou serrada) adquirida, exposta a venda, transportada etc; 2) o valor da madeira apreendida, obtido a partir de avaliação comercial; 3) a condição econômico-financeira do autor do fato; 4) antecedentes específicos do autor do fato; 5) possibilidade de “delação premiada” em caso de indicação do local de onde a madeira foi extraída de forma irregular (desde que não seja o autor da extração); 6) outros critérios a serem observados pelo Promotor de Justiça. A multa (astreinte) pelo descumprimento das obrigações assumidas deverá ser fixada no mínimo em 50% do valor previsto para a composição do dano ou no mesmo percentual em relação à indenização pelo dano ambiental difuso. Cópia do TAC deverá ser encaminhada ao Promotor de Justiça que oficia perante o juizado especial criminal para efeito de eventual transação penal. **ASSENTO Nº 06/2021-CSMP:** Ao apreciar promoção de arquivamento de procedimento investigatório, caso conclua, em sintonia com o(a) proponente, pela ausência de elementos que justifiquem a continuidade da investigação ou que permitam a adoção de medidas administrativas e/ou judiciais, o Conselheiro poderá, após explicitar o conteúdo dos autos, por meio

de ementa ou breve relatório, invocar per relationem, a motivação exposta pelo órgão de execução na origem, como fundamento da decisão homologatória. **ASSENTO Nº 07/2021-CSMP:** Não se admitirão as inscrições de Promotores de entrância inicial para os editais de promoção para entrância final enquanto houver Promotores de entrância intermediária aptos a disputar. **ASSENTO Nº 08/2021-CSMP:** Diante dos princípios constitucionais da unidade e da indivisibilidade do Ministério Público, o agente ministerial, no exercício de suas atribuições, não possuem legitimidade para recorrer, por falta de interesse recursal, ao Conselho Superior das decisões de outros órgãos de execução que negarem a instauração ou determinarem o arquivamento de procedimentos investigatórios. **ENUNCIADO Nº 001/2011-CSMP:** Ao firmar o termo de ajustamento de conduta com pessoa jurídica, o Promotor de Justiça deve exigir o contrato social atualizado da empresa, conferindo se o compromissário tem poderes para ajustar condutas em nome da empresa. **ENUNCIADO Nº 002/2011-CSMP:** É fundamental que no ajuste seja descrito com clareza a situação lesiva, o reconhecimento do dever de recompor o conteúdo da obrigação. **ENUNCIADO Nº 003/2011-CSMP:** É importante a menção no termo de ajustamento, da natureza não-compensatória da multa estabelecida como penalidade, que não obsta a execução específica da obrigação assumida e descumprida – e, por evidência, tampouco afasta as responsabilidades administrativa e criminal aplicáveis. **ENUNCIADO Nº 004/2011-CSMP:** No ajuste de obrigações com o Poder Público o comprometente deve observar todas as regras relacionadas às formas de contratação do setor, cuidando de levantar no Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, origem do termo, os custos relativos à obrigação proposta e exigindo do compromissário a definição das fontes de recursos, a previsão orçamentária devida e o cronograma de desembolso necessários ao cumprimento do pactuado. **ENUNCIADO Nº 005/2011-CSMP:** O Compromisso de Ajustamento de Conduta ou a Notificação Recomendatória expedida pelo Ministério Público de forma singular ou genérica, devem sempre ser precedidos de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil onde reste esclarecido o dano que se pretende recuperar. **ENUNCIADO Nº 006/2011-CSMP:** Rejeitada a promoção de arquivamento de Inquérito Civil ou outro Procedimento Preparatório por insuficiência probatória, o membro do Ministério Público deve, sem prejuízo da coleta de simples informações complementares, cumprir as diligências apontadas em deliberação

singular ou colegiada do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias. **ENUNCIADO Nº 007/2011-CSMP:** A duplicidade de procedimentos acerca do mesmo tema não dá ensejo ao arquivamento de um deles. Se detectada tal circunstância na fase preparatória (PP ou IC), o membro do Ministério Público deve promover o apensamento dos autos, objetivando viabilizar uma decisão uniforme. **ENUNCIADO Nº 008/2011-CSMP:** Só será homologada a promoção de arquivamento de Inquérito Civil, em decorrência de Compromisso de Ajustamento, se deste constar que seu não cumprimento sujeitará o infrator a suportar a execução do título executivo extrajudicial ali formado, devendo a obrigação ser certa quanto à sua existência, e determinada, quanto ao seu objeto. **ENUNCIADO Nº 009/2011-CSMP:** Não há necessidade de homologação pelo Conselho Superior de todos os procedimentos administrativos instaurados com base no art. 201, VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas somente daqueles que contenham matéria que, em tese, podem ser objeto de Ação Civil Pública. **ENUNCIADO Nº 010/2015-CSMP:** Nas Promoções de Arquivamento de Procedimento Preparatório ou de Inquérito Civil, em face da informação que a demanda foi solucionada pelo demandado, após a sua instauração, deve ser registrado o movimento “SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA (código 921984) no SIMP” e, em seguida, o movimento “ARQUIVAMENTO – com remessa ao Conselho Superior do Ministério Público/Câmara – Integral sem TAC” (código 920090). **ENUNCIADO Nº 011/2020-CSMP:** A vedação do artigo 102 da Lei Complementar n.º 416/2010, que teve por finalidade impedir situações aparentemente simuladas, não impede o membro do Ministério Público, que teve sua promotoria elevada, de ser promovido por antiguidade, desde que opte por permanecer na promotoria em que é titular. **ENUNCIADO Nº 012/2021-CSMP:** A portaria de instauração de Inquérito Civil ou de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil deve indicar um fato determinado a ser investigado e sua eventual adequação típica. À unanimidade, cancelaram o Assento nº 07/2021-CSMP e o Enunciado nº 011/2020-CSMP, diante da perda do objeto com a implementação da entrância única, e ratificaram os demais, nos termos do art. 48 do Regimento Interno do CSMP. **15. Homologação dos procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE** – procedimento retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator. **Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro LUIZ EDUARDO**

MARTINS JACOB – SIMP nº 002292-073/2012, julgado e homologado – v.u., nos termos dos votos do Relator. O Conselheiro Luiz Eduardo Martins Jacob retirou do plenário virtual o Simp 000742-023/2019, de sua relatoria, e, com pedido de vista, os procedimentos Simps 000442-023/2017 (Relator Conselheiro Luiz Alberto Esteves Scaloppe), 000747-023/2019 (Relator Conselheiro Luiz Alberto Esteves Scaloppe), 000743-023/2019 (Relator Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado), 000745-023/2019 (Relator Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado), 000750-023/2019 (Relator Conselheiro Flávio Cezar Fachone), 000744-023/2019 (Relator Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho), em razão da identidade da matéria. Contudo, como não houve tempo hábil para análise, apresentará os votos-vista na próxima reunião.

Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO – SIMP nº 000291-086/2016, julgado e homologado – v.u., nos termos dos votos do Relator. O Procurador-Geral de Justiça retirou do plenário virtual com pedido de destaque o SIMP 001762-058/2022 (Relator Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado) e, no mesmo sentido, em situação jurídica similar, tendo a mesma empresa como requerida, o SIMP 001921-058/2022 (Relatora ex-Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva), porém, com decisões antagônicas, pela homologação do arquivamento e pela não homologação, respectivamente. Em relação ao SIMP 001762-058/2022 (Relator Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado), o Presidente votou com o Relator pela homologação do arquivamento e todos acompanharam. À unanimidade, homologaram a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. E no caso do SIMP 001921-058/2022 (Relatora ex-Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva), fica prejudicado o julgamento para análise do novo Conselheiro que sucedeu a então relatora Ana Cristina Bardusco Silva. **Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro FLÁVIO CEZAR FACHONE** – os procedimentos foram retirados de pauta em razão da ausência justificada do Relator. **Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro MARCELO FERRA DE CARVALHO** – SIMP 000013-100/2014 (Relator: Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado) – O Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho apresentou voto-vista pela não homologação do arquivamento, acompanhando o voto-vista da ex-Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva. O Relator Conselheiro Paulo Roberto Jorge do Prado reviu o voto e, à unanimidade, não homologaram a promoção de arquivamento, para

que seja dada continuidade às investigações para apurar a ocorrência de dano ao erário, a fim de que haja manifestação expressa sobre a matéria, tendo em vista a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa. SIMP 000291-005/2019 – O Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho apresentou voto-vista pela não homologação do arquivamento, acompanhando o Relator ex-Conselheiro Domingos Sávio de Barros Arruda, e à unanimidade, não homologaram o arquivamento, nos termos do voto do Relator e do voto-vista. O Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho retirou do plenário virtual com pedido de destaque o SIMP 001493-073/2018 (Relator ex-Conselheiro Domingos Sávio de Barros Arruda) e votou pela homologação do arquivamento com o encaminhamento de cópia ao Procurador-Geral de Justiça. O novo Relator dos autos, Conselheiro José Antônio Borges Pereira, incorporou o voto oral do Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho e, à unanimidade, homologaram o arquivamento e determinaram o encaminhamento de cópia dos autos ao Procurador-Geral de Justiça. Os procedimentos SIMP 000131-096/2022 e 000612-096/2022, ambos de relatoria da ex-Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva, também foram retirados do Plenário Virtual com pedido de destaque pelo Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho, que votou pela homologação dos arquivamentos, divergindo da Relatora. O julgamento de ambos ficou prejudicado para análise do novo Conselheiro que sucedeu a ex-Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva.

Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria da Conselheira ROSANA MARRA – não apresentou procedimentos nesta reunião presencial ordinária. **Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA** – ainda não houve distribuição de processos. **Homologação de procedimentos extrajudiciais de relatoria do Conselheiro ROBERTO APARECIDO TURIN** – ainda não houve distribuição de processos. O Procurador-Geral de Justiça retirou do Plenário Virtual, com pedido de destaque, os SIMPs 009347-001/2017 (Relator ex-Conselheiro Domingos Sávio de Barros Arruda), 000122-096/2022 (Relatora ex-Conselheira Ana Cristina Bardusco), 001921-058/2022 (Relatora ex-Conselheira Ana Cristina Bardusco Silva), que foram incluídos automaticamente na pauta presencial subsequente, em razão de determinação regimental, mas ficam adiados para a próxima reunião em razão da redistribuição aos novos Conselheiros que sucederam os antigos relatores. O

Presidente informou que está com três pedidos de vista, sendo que retirou do Plenário Virtual o SIMP 004815-012/2022 (Relatora Conselheira Rosana Marra), mas não houve tempo hábil para análise, razão pela qual, conforme o disposto no art. 28-A, § 5º, fica adiado o seu julgamento. Quanto aos SIMPs 000190-023/2020 (Relator Conselheiro Luiz Alberto Esteves Scaloppe) e 000585-023/2020 (Relator Conselheiro Luiz Alberto Esteves Scaloppe), que foram retirados do plenário virtual pelo Procurador-Geral de Justiça anterior, o Presidente apresentou voto-vista acompanhando o Relator pela homologação dos arquivamentos, mas como o Relator não estava presente adiaram o julgamento de ambos. **Assuntos Gerais:** O Presidente determinou que colocasse em pauta para discussão na próxima reunião do Conselho a sugestão de alteração na Lei Complementar Estadual nº 416/2010 proposta pelo Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho, para que, no caso de remoção por merecimento, não haja mais a formação de lista tríplice. Por fim, o Presidente informou que a lista de antiguidade foi publicada, excepcionalmente neste ano, no início de março, diante da gama de tarefas realizadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas no ano passado, troca de equipes com a mudança da gestão, assim como da complexidade e da relevância que tem a matéria, o que demandou cautela da instituição para levantamento preciso das informações, a fim de que fossem incluídos os ajustes que determinados no ano passado pelo CSMP, no feito de relatoria do Conselheiro Flávio Fachone. Nada mais havendo para ser tratado conforme pauta do dia, encerrou-se a reunião às 10h32min, cujos termos são lavrados nesta Ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Presidente e pela Excelentíssima Secretária do Conselho, acompanhada, de forma pormenorizada, da respectiva gravação em DVD (inciso I, art. 13 da Resolução nº 33/2012 CSMP).

Deosdete Cruz Junior
Procurador-Geral de Justiça
Presidente – CSMP

ROSANA
MARRA:36189944604

Assinado de forma digital por
ROSANA MARRA:36189944604
Dados: 2023.03.27 15:15:46
-04'00'

Rosana Marra
Procuradora de Justiça
Secretária do CSMP

